PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

A Comissão do Concurso para Provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por meio do seu Presidente, Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, em observância ao disposto no subitem 14.2 do Edital n° 001/2024-TJAM (Edital de Abertura), publica o conteúdo programático específico da prova oral.

PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

Ponto 1

• Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Interpretação e segurança jurídica em decisões administrativas e judiciais.
• Normas processuais civis. Aplicação da lei processual civil no tempo e no espaço. Normas fundamentais do CPC. Direito Processual Constitucional.
• Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e campo de aplicação. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e de convergência. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
• Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes.
• Princípios Fundamentais do Direito Penal. Legalidade e reserva legal. Dignidade humana. Princípio da culpabilidade. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos. Princípio da intervenção mínima e da fragmentariedade. Pessoalidade e individualização da pena. Princípio da proporcionalidade. Princípio da humanidade. Princípio da adequação social. Princípio da insignificância.
• Princípios Fundamentais do Processo Penal. Direito Processual Penal à luz da Constituição Federal. Lei processual penal no espaço e no tempo. Interpretação. Analogia.
• Poder constituinte originário, derivado e decorrente.
• Princípios de direito eleitoral.
• O Direito de empresa no Código Civil. Perfis da empresa. Limites ao exercício da empresa. Títulos de crédito. Características e atributos.
• Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – perfil do tributo.
• Função administrativa. Atos administrativos. Princípios reitores da Administração. Poderes administrativos.
• A Constituição e o Meio Ambiente. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.
• Direitos e deveres funcionais da magistratura.

Ponto 2

• Pessoas naturais e pessoas jurídicas. Personalidade. Capacidade. Desconsideração da personalidade. Direitos da Personalidade. Domicílio.
• Da ação. Natureza jurídica. Princípios. Elementos identificadores. Condições. Legitimação. Classificação. Métodos alternativos de solução de litígios.
• Consumidor e fornecedor. Conceitos e correntes. Boa fé objetiva dentro da sociedade de consumo. Do princípio da informação. Ação Coletiva. Condições e Pressupostos.
• Criança e adolescente. Violência familiar. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes.
• Bem Jurídico-Penal. Conceito e delimitação. Objeto do crime. Bem jurídico e função. Teoria da lei penal. Fontes do Direito Penal. Norma e lei penal: conceito e estrutura lógica da norma jurídico-penal. Lei penal em branco. Interpretação da lei penal. Aplicação da lei penal. Argumento analógico, princípios gerais de direito e equidade
• Do inquérito Policial (Título II do Livro I – CPP)
• Organização do Estado Brasileiro. Competência da legislativa da União e dos Entes Federados. Controle de Constitucionalidade e controle de convencionalidade.
• Partidos políticos.

• Sociedades empresárias. Tipos. Elementos. Classificação. Estabelecimento. Nome e marcas da empresa.
• Competência tributária estadual. Processo judicial tributário: medidas cautelares. Dívida ativa.
• Poderes Administrativos. Poder Regulamentar, Disciplinar, Hierárquico e de Polícia. Desapropriação. Imposição de restrições e limitações à propriedade.
• Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.
• Sistemas de controle interno do Poder Judiciário. Corregedorias. Conselho Nacional de Justiça.

Ponto 3
• Dos Bens e suas classificações
• Competência. Das causas de modificações da competência. Conexão, continência e prevenção. Poderes e deveres do Juiz. Causas de impedimento e suspeição. Mandado de segurança. Execução de obrigação pecuniária: fase expropriatória. Competência: organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amazonas.
• Relações de Consumo. Contratos de longa duração. Vulnerabilidade. Características e diferenciações. Legitimidade para a Ação Coletiva.
• Estatuto da Criança e Adolescente Lei nº 8.069/90. Parentesco. Adoção. Família substituta. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Delito: conceito formal, material ou analítico. Classificações: delito de resultado, de mera conduta, delito qualificado pelo resultado, delito de lesão, delito de perigo abstrato e concreto, delito comum, especial (próprio e impróprio), delito de mão própria, delito unissubsistente e plurissubsistente, delito pluriofensivo, delito instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes, delito de dano, delito comissivo, delito omissivo próprio (puro) e omissivo impróprios, delitos unissubjetivo, delito plurissubjetivo (coletivo, de concurso necessário), delitos de ação única, delitos de ação múltipla ou de conteúdo variado, delito complexo, delito progressivo ou de passagem, delito habitual.
• Da Ação Penal (Título III do Livro I – CPP
• Direitos fundamentais. Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988.
• Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Características. Falência e Recuperação de empresas.
• Princípios tributários da legalidade e seletividade. Competência tributária municipal.
•Serviços Públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização. Extinção dos atos administrativos. Responsabilidade civil da administração.
•Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Princípios ambientais implícitos.
• Direito da antidiscriminação. Racismo, sexismo, intolerância religiosa.

Ponto 4
• Fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Negócio e ato jurídico. Existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. Interpretação. Defeitos. Convalidação, aproveitamento e conversão.
• Do litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. Modalidades. Ministério Público e Defensoria Pública.
• Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência. Prazos.
• Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Teorias da ação. Causas que excluem a ação e omissão. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Causação e imputação do resultado. Tipicidade. Conceito de tipo. Desvalor da ação, desvalor do resultado. Classificação estrutural. Elemento subjetivo geral: o dolo. Elemento subjetivo do injusto (elemento subjetivo especial do tipo). Tipo de injusto de ação culposo. Conceito e elementos.

Espécies de culpa. Princípio da confiança. Dolo eventual e culpa consciente. Erro de tipo e erro de proibição. Erro de execução.
• Processo penal: competência. (Título V do Livro I – CPP). Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (Título VIII do Livro I – CPP).
• Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.
• Elegibilidade. Ação de impugnação de registro de candidatura.
• Falência. Princípios. Pressupostos. Caracterização. Efeitos. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Títulos de crédito.
• Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Processo administrativo tributário.
• Descentralização administrativa. Outorga. Administração Indireta.
• Deveres genéricos e específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.
• Transformação digital do direito. LGPD e proteção de dados.

Ponto 5
• Ato ilícitos. Responsabilidade civil. Pressupostos. Causalidade. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Dano material. Dano moral. Indenização.
• Atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Forma dos atos processuais e sua validade. Formação, suspensão e extinção do processo.
• Consumidor: cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual. Sentença e Coisa Julgada nas Ações Coletivas.
• Lei nº 8.069/90. A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Ilicitude ou antijuridicidade. Causas de justificação. Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento de dever legal. Colisão de deveres. Exercício Regular de direito. Consentimento do ofendido. Culpabilidade. Conceito. Evolução dogmática. Elementos da culpabilidade. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão da imputabilidade. Imputabilidade diminuída. Embriaguez *actio libera in causa*. Consciência da ilicitude. Hipóteses legais e supralegais de exculpação.
• Da prova no processo penal (Título VII do Livro I – CPP).
• Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação às Constituições Estaduais.
• Eleitoral: abuso de poder econômico e político.
• Efeitos jurídicos da sentença de falência. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução e de liquidação. Sociedades Empresárias.
• Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão causa mortis e sobre doações. Precatórios nas relações tributárias.
• Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Agências Reguladoras.
• A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.
• O Código de Ética da Magistratura. CNJ e eficácia normativa de suas resoluções.

Ponto 6
• Da prescrição e da decadência.
• Tutelas provisórias no processo civil. Tutela de urgência e tutela de evidência.

• Desconsideração da personalidade na Lei nº 8.078/90. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Dano moral coletivo
• Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes. Trilogia da proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
• Delito: consumação e tentativa. Conceito e elementos. Fundamento da punibilidade da tentativa. Preparação e execução. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crime impossível e delito putativo. Intervenção predisposta de autoridade e atuação do agente provocador.
• Sentença penal. Efeitos da condenação. Nulidades.
• Arguição de inconstitucionalidade perante o Judiciário do Estado do Amazonas.
• Financiamento de campanha eleitoral. Propaganda político-eleitoral.
• Sociedades. Títulos de Crédito. Características. Requisitos essenciais. Recuperação de empresas. Propriedade Industrial.
• Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Certidões negativas.
• Controle da Administração. Controle interno e controle externo. Tribunais de Contas.
• Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil e responsabilidade Penal Ambiental. Dano e reparação.
•Independência do Juiz. Código de Organização Judiciária do Estado do Amazonas.

Ponto 7

• Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações sem cumprimento. Do inadimplemento das obrigações. Da transmissão das obrigações.
• Processo e procedimento. Procedimento comum. Petição inicial. Improcedência liminar. Contestação. Reconvenção. Saneamento. Conciliação. Das provas. Arguição de falsidade.
• Tutela das expectativas legítimas e aplicação aos contratos e relações de consumo. Termo de ajustamento de conduta e convenção coletiva de consumo.
• Criança e Adolescente. Dos Direitos Fundamentais. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão.
• Concurso de pessoas. Autoria e participação: teorias, requisitos e divisão. Autoria e coautoria: conceito de autor. Autoria colateral Participação: conceitos, elementos e espécies de participação. Punibilidade no concurso de pessoas. Circunstâncias incomunicáveis.
• Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. A Lei nº 11.340/06 - Maria da Penha. Execução penal. Reforma do Processo Penal (Pacto Anticrime – Lei nº 13.964/2019)
• Poder Legislativo. Processo legislativo e espécies normativas.
• Justiça Eleitoral. Juízes, Tribunal Regional e Tribunal Superior.
• Ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Promissória. Letra de Câmbio. Duplicata. Sociedades.
• Limitações ao poder de tributar. Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. Impostos estaduais.
• Processo administrativo. Garantias dos administrados. Exercício administrativo e exercício judicial: mandado de segurança, ação popular, habeas data e mandado de injunção.
• Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
• Estatuto da Magistratura Nacional. Conselho Nacional de Justiça.

Ponto 8

• Dos contratos em geral. Princípios. Formação. Cláusulas. Revisão e extinção.

• Da sentença e da coisa julgada. Efeitos da sentença e da coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Coisa julgada nas ações coletivas.
• Superendividamento. Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Ações coletivas no Código de Defesa do Consumidor. O Papel do Ministério Público na Tutela Coletiva. Inquérito Civil
• Criança e adolescente. Estatuto. Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Concurso de delitos. Unidade e Pluralidade delitiva. Sistemas. Concurso material ou real. Concurso formal ou ideal. Crime continuado. Multas no concurso de delitos.
• Sentença penal. Dosimetria. Sujeitos do processo. Juizados Especiais Criminais
• Direitos humanos. Poder Judiciário: a função jurisdicional; organização do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Súmula Vinculante; Conselho Nacional de Justiça; Justiça dos Estados.
• Recurso contra expedição de diploma.
• Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Cheque. Endosso e aval. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas.
• Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Processo judicial tributário.
• Ação de improbidade. Princípios administrativos. Agentes públicos.
• Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.
• Infrações por parte de magistrado. Sanções.

Ponto 9

• Contratos em espécie.
• Cumprimento de sentença. Espécies. Da impugnação. Processo de execução. Execução contra a Fazenda. Precatório. Embargos à execução. Liquidação de Sentença e Execução nas ações coletivas. Legitimidade.
• Direito do consumidor: disposições gerais. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos.
• Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Teoria das Circunstâncias. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais. Circunstâncias agravantes. Reincidência. Conceito e elementos da reincidência. Espécies e efeitos da reincidência. Agravantes no concurso de pessoas. Circunstâncias atenuantes. Causas de aumento e de diminuição de pena. Qualificadoras
• Comunicações: citações e intimações (Título X do Livro I – CPP). Drogas. Questões e processos incidentes. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).
• Direitos fundamentais explícitos e implícitos. Controle de Constitucionalidade e controle de convencionalidade.
• A liquidação na falência. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.
• Vigência e aplicação da lei tributária. Execução fiscal.
• Responsabilidade civil do Estado. Intervenção no domínio econômico. Previdência social. Proventos. Pensão.
• A Tutela do Meio Ambiente. Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.
• O magistrado diante de precedentes, estabilidade da jurisprudência e da segurança jurídica.

Ponto 10

• Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Gestão de negócios. Estatuto da pessoa com deficiência.
• Dos recursos. Legitimidade e interesse. Recursos em espécie. Incidentes de uniformização de jurisprudência e criação de precedentes. Reclamação. Incidente de declaração de inconstitucionalidade.
• Fato e vício do produto e do serviço. Acidentes de consumo. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência. A tutela coletiva do consumidor.
• A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Determinação da pena. Conceitos e sistemas. Individualização legal, judicial e executória. Fixação da pena. Fixação da pena privativa de liberdade. Fixação da pena de multa.
• Sentença Penal. Prova Penal. Do Processo Comum (Título I do Livro II – CPP)
• Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato; responsabilidade do Chefe do Executivo; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar; Estado de sítio e Estado de defesa..
• Eleitoral – inelegibilidades.
• Recuperação judicial da empresa. Títulos de Crédito. Sociedades. Falência. Propriedade Industrial.
• Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Execução contra a Fazenda Pública.
• Processo e procedimentos administrativos. Prescrição e decadência. Autotutela. Atos nulos e atos anuláveis. Sanatória.
• Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.
• Equidade, direito e moral. Direitos Humanos e controle de convencionalidade.

Ponto 11

• Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A função social e socioambiental. Aquisição. Usucapião. Dos direitos de vizinhança.
• Ação rescisória. Querela de nulidade. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de Consignação em pagamento. Ação de depósito e ação de prestação de contas.
• Proteção do Consumidor dentro e fora da Lei nº 8.078/90. Reflexos nas relações contratuais. Diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.
• Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes. A proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
• Prescrição no Direito Penal. Conceito e fundamentos. Os prazos de prescrição e sua contagem. Espécies. Suspensão e interrupção da prescrição
• Competência criminal. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha.
• Intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, procedimento, limites e controle).
• Recuperação judicial e extrajudicial. Concorrência desleal. Duplicata mercantil. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Sociedades.
• Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. Não-cumulatividade. Impostos estaduais e impostos municipais. Repartição.
• Classificação dos cargos públicos. Transformação e extinção. Criação de cargos. Atos punitivos. Processo e regime disciplinar do servidor público. Princípios reitores. Responsabilidade civil do agente público. Estatuto dos Servidores do Estado do Amazonas.
• Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.
• Estatuto da Magistratura Nacional.

Ponto 12

• Do condomínio. Do condomínio edilício. Loteamento. Incorporação imobiliária. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Alienação fiduciária. Penhor e hipoteca.
• Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Do inventário e partilha. Ação de busca e apreensão de bens dados em alienação fiduciária. Ações no âmbito do Direito de Família.
• Cláusulas e práticas abusivas nas relações de consumo. Práticas abusivas comerciais e produtivas. Proteção do consumidor no comércio eletrônico.
• Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes. Aspectos: Constitucional, Legal e jurisprudencial.
• Dos crimes contra a pessoa.
• . Princípios fundamentais do Processo Penal. Execução Penal. Da organização criminosa. Recursos. Ações autônomas de impugnação.
• Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental).
• Eleitoral. Ação por conduta vedada a agentes públicos.
• Contrato de transporte. Propriedade Industrial. Sociedades. Títulos de Crédito.
• Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro. Exceções na execução fiscal.
• A propriedade na Constituição Federal. Intervenção. Limitações e restrições administrativas. Bens públicos. Características. Espécies. Formas de uso. Uso de bem público por particulares. Alienação.
• Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.
• Relacionamento do magistrado com a sociedade e com a mídia.

Ponto 13

• Registros Públicos. Direito autoral. Das servidões. Usufruto, uso e habitação. Direito de superfície. Loteamento. Do compromisso de compra e venda.
• Processo eletrônico. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Embargos de terceiros. Ação monitória. Ação de alimentos. Arbitragem
• Consumidor - Vantagem manifestamente excessiva. Conceituação. Parâmetros. Reflexos em sistema de contratação massificada. Valoração e aferição. Tutela coletiva do consumidor quanto à responsabilidade civil.
• Do Declaração Universal dos Direitos da Criança, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, Convenção de Haia sobre Cooperação em Matéria de Adoção.
• Dos crimes contra o patrimônio.
• Prisão. Medidas cautelares e liberdade provisória. Dos Processos Especiais (Título II do Livro II – CPP).
• Princípios constitucionais da Administração Pública. Disciplina Constitucional dos Servidores Públicos.
• Ação de impugnação de mandato eletivo.
• Sociedade limitada. Conhecimento de frete ou de transporte. Títulos de Crédito. Falência e Recuperação de empresas.
• Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.
• Improbidade administrativa. Advento da Lei nº 14.230/21.
• Política Ambiental e Urbanismo.
• O conceito de Justiça.

Ponto 14

• Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder familiar: disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. Estatuto e direitos da pessoa idosa
• Juizados Especiais Cíveis. Competência. Princípios informadores. O sistema recursal. Acesso aos Tribunais Superiores. Coisa julgada e formas de impugnação.
• Lesão no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil. Vantagem manifestamente excessiva. Nulidade. Anulabilidade. Reflexos contratuais.
• Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Crimes contra a dignidade sexual.
• Sentença penal. Nulidades e recursos. Procedimento comum e procedimentos especiais.
• Interpretação da Constituição: hermenêutica constitucional; critério da interpretação conforme; mutação constitucional. Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia e à aplicabilidade.
• Inelegibilidades constitucionais.
•- Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de Crédito. Sociedade Anônima.
• Conflito IPTU x ITR. Processo judicial tributário: mandado de segurança. Decadência e prescrição do crédito tributário.
• Atos administrativos. Contratos administrativos. Licitações.
• Política ambiental na Constituição Federal
• Carreira da magistratura. Ingresso. Promoção. Remoção.

Ponto 15
• Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
• Procedimentos especiais não previstos no CPC. Ações locatícias. Ação popular. Ação de desapropriação. Execução Fiscal. Regras processuais na improbidade administrativa.
• Proteção contratual no Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.
• A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias.
Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
• Tutela coletiva da ordem econômica, urbanística e para defesa do patrimônio público e social.
• Crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006 e alterações). Dos crimes de lavagem de capitais.
• Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Questões e processos incidentes. Reforma do Processo Penal (Pacote Anticrime – Lei nº 13.964/2019).
• Marco temporal indígena. Nacionalidade; Direitos políticos: cidadania; plebiscito e referendo; direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos; inelegibilidades; Lei das Inelegibilidades; Partidos políticos e organização partidária; Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995 e suas alterações).
• Sociedade Anônima. Processo Falimentar. Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.
• Isenções, não-incidência, alíquota zero, imunidades. Processo judicial tributário: repetição do indébito e compensação.
• Regulação e controle de políticas públicas. Atos vinculados e atos discricionários. Controle externo pelo Judiciário. Mérito.
• Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.
• Atuação do Judiciário como Poder Político.